

Revolução Francesa e Comuna de Paris: Reflexões na Educação Básica.

Alfredo Oscar Salun¹

Esta apresentação foi elaborada a partir da pesquisa realizada na produção do livro “Revoluções e Tirantias: Temas de História Contemporânea”, que foi baseado na experiência docente no conteúdo curricular História Contemporânea, ministrada em instituições de ensino superior, onde foi idealizada a produção de textos de apoio aos discentes. A partir desse tema gerador, escolhemos três movimentos que estão ligados em si pela proposta de superação ou rompimento com a estrutura social, política e econômica estabelecida: Revolução Francesa, Revolução Russa e o Nazismo.

Ao elaborarmos o conteúdo programático da disciplina História Contemporânea, sugerimos que um dos itens a serem desenvolvidos no semestre, fosse o estudo e a análise das diversas correntes historiográfica em relação à Revolução Francesa, Comuna de Paris e a Revolução Russa. Essa escolha se deveu a discussão em torno dos objetivos do Projeto Pedagógico de Curso, onde ressaltamos a importância de estimularmos a reflexão da historiografia na construção do saber e na formação do futuro profissional na área de História.

Ao assumir a disciplina Orientação de Estágio II, desenvolvemos em conjunto com os graduandos, a proposta de um projeto interdisciplinar com os dois conteúdos sobre minha responsabilidade: analisar o ensino da Revolução Francesa e da Comuna de Paris na educação básica (ensino médio), durante o estágio curricular ou quando assumiam a regência das aulas, em caráter excepcional.

Neste encontro, optamos por discutir apenas uma parte do projeto: a percepção do professor sobre tais temas e se ele, além das questões tradicionalmente retratadas pelos livros didáticos e apostilas, usualmente fundamentadas em uma narrativa linear, preocupava-se em estabelecer alguma análise historiográfica? Nossa

¹ Alfredo Oscar Salun; Doutor em História Social pela USP, Mestre em História Social pela PUC/SP. Foi professor de História Contemporânea II na PUC/SP e História Contemporânea I e II e Sociologia da Educação na Universidade do Grande ABC, onde coordenou o curso de História. É autor do livro *Zé Carioca vai à Guerra*, pela Editora Pulsar e pesquisador do NEHO (USP) e GERP (UniABC). Email: aosalun@uol.com.br.

intenção não era discutir o método de aula, mas se o professor, independente de sua abordagem, tinha subsídios teóricos para fazer essas conexões com a historiografia.

Esse projeto foi aplicado durante um semestre em dezoito escolas públicas na região leste de São Paulo, com a participação de vinte professores de história. Nosso objetivo foi detectar o grau de compreensão da historiografia “revisonista” e “marxista” sobre a Revolução Francesa e a relação desta com a Comuna de Paris. Ainda, recomendamos que fossem fornecidos dois textos publicados na revista “História Viva”, dos autores François Furet e Jacques Chastenet sobre a Comuna de Paris, para subsidiar a reflexão.

A partir, de uma análise qualitativa das repostas, percebemos a dificuldade dos profissionais em realizar uma explanação sobre o tema. A grande maioria admitiu o desconhecimento em relação à discussão historiográfica e solicitaram indicações bibliográficas ou pelo menos, algum material, para que pudessem ter um primeiro contato com o assunto.

Nosso compromisso foi á elaboração e o envio de um texto introdutório, para servir como base de leitura, que pode ser observado neste breve resumo.

A historiografia marxista, mesmo não sendo homogênea, teve a partir das produções de George Lefbvre e Albert Soboul a cristalização de uma versão ortodoxa da Revolução Francesa e das Revoluções de um modo geral, as quais a partir daí, teriam que seguir um curso que fatalmente levaria a uma guerra de classes. Afirmam que a Revolução Francesa foi à consecução intencional da ascendência social da burguesia e que no complexo desse processo revolucionário, existiu na realidade várias revoluções (burguesa, campesina, massa urbana). O “Ancien Regime” teria sido derrubada pela ascensão da burguesia mediante três Revoluções Burguesas: a Revolução Inglesa de 1640 e 1688, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789, ligados pelas idéias iluministas e o liberalismo econômico.

Afirmam que o governo de Luis XVI era absolutista e que Napoleão Bonaparte foi um tirano, que defendeu os interesses dos ricos proprietários em detrimento dos anseios populares. Nesse aspecto, Robespierre e Danton, são alçados a condição de Revolucionários e o Terror praticado pela “Montanha”, justifica-se pela necessidade de combater os reacionários e a invasão estrangeira. O radicalismo jacobino é mensurado pela determinação de Robespierre em implantar um regime baseado na justiça social.

Seguindo essa linhagem, George Rude e Frederick Krantz, defendem que a Revolução Francesa foi um conflito social, mas, diferentemente de seus antecessores,

optaram por estudar a história do povo, dos movimentos populares e não especificamente dos partidos ou dos grupos no poder.

O historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, com sua tese denominada “o Longo século XIX”, tem outra percepção e parte de um pressuposto que a Revolução Francesa com seus ideais liberais e burgueses iniciou o século XIX e este só chegou ao fim, com a queda dos últimos vestígios do Antigo Regime, na I Guerra Mundial. Defende que o mundo contemporâneo marcado pelo predomínio da burguesia se iniciou em um longo conflito de classes com a aristocracia e que arrastou por várias décadas, adentrando os séculos XIX e XX, já que as forças reacionárias (aristocracia) teriam encontrado abrigo na estrutura administrava e na propriedade da terra em diversos países Europeus, ora aliando-se a burguesia ou aos monarcas, quando seus interesses convergiam.

Para os historiadores “revisionistas” a partir dos textos de Alfred Cobban, François Furet, Mona Ozouf a Revolução Francesa é mais simbólica do que efetiva, na medida em que sua concretização tornou-se possível graças a três revoluções posteriores em 1830, 1848 e 1871. Afirmam que a burguesia na realidade já estava inserida na sociedade francesa do antigo regime, dessa forma, em 1789, era difícil diferenciar quem era burguês ou nobre, na medida em que os interesses eram convergentes.

Discordam da idéia de que a Revolução Francesa foi um conflito social intencional e que houvesse um interesse de classe capitalista por trás da Revolução, afirmam que ela foi um conflito eminentemente político. Acreditam que a França estava se reformulando em sua estrutura e que independente do processo revolucionário, isso ocorreria de forma pacífica e gradual. Simon Schama e William Doyle defendem que o denominado “Antigo Regime” na França ser encarado como absolutista é um erro, pois apesar de ser o governo de um só homem, havia uma série de instituições (Conselho dos Notáveis, Conselho Real, Parlamento Provincial, Parlamento dos municípios, tribunais de justiça, companhias que adquiriram privilégios e o clero), que se não desafiavam, pelo menos serviam de limite à ação real (o rei era absoluto, mas o regime não era absolutista).

Conclusão.

Mas, e a Comuna de Paris, que segundo o texto de François Furet fornecido aos professores, seria o “último suspiro da Revolução Francesa”. Como poderiam contrapor essa análise com as demais versões presente na própria revista ou em outros periódicos? Nesse contexto, qual a importância de Jacques Chastenet, com o artigo “O povo no poder”, que menciona a Comuna, vista pelos revolucionários de Outubro de 1917 na Rússia. Seria ela, a primeira revolução proletária?

Com o debate historiográfico proposto, pretendemos ainda, contribuir na discussão sobre a visão fragmentada dos temas estudados na História Contemporânea no ensino médio, pois os livros didáticos e apostilas, usualmente não conseguem apontar a relação entre eles.

A reflexão sobre Comuna de Paris e as Revoluções são temas pertinentes a sala de aula, em função da própria historicidade, pois ainda vivemos em um sistema, que independente da acessibilidade aos bens de consumo, por parcela da população mundial, a realidade é que a distancia entre ricos e pobres, tem aumentado. Por isso, pretendemos que essa discussão sobre as interpretações das revoluções, não seja apenas uma questão da academia, mas que se torne presente na educação básica. Entretanto, nossa questão, incide sobre o próprio professor, que deveria ser o estimulador desse e de outros debates, extremamente necessários, para o desenvolvimento do exercício da democracia e da cidadania.

Bibliografia:

- BOITO JR. Armando. A Comuna de Paris na História. São Paulo. Editora Xamã. 1999.
- CHARTIER, Roger. As origens culturais da Revolução Francesa. São Paulo. Unesp, 2004.
- CHASTENET, Jacques. A Comuna de Paris. In: História Viva. Editorial Duetto. Ano 1, nº12, 2004.
- DARTON, Robert. O beijo de Laumorette. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- DOYLE, William. O Antigo Regime. São Paulo. Àtica, 1991.
- FURET, François e OZOUF, Mona. Dicionário crítico da Revolução Francesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989.
- FURET, François. O ultimo suspiro da Revolução Francesa. In: História Viva. Editora. Editorial Duetto. Ano 1, nº12, 2004.
- FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GAXOTTE, Pierre. A Revolução Francesa. Porto. Tavares Martins, 1947.
- HOBBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- KRANTZ, Frederick(org). A outra história. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.
- LEFEBVRE, Georges. A Revolução Francesa. São Paulo. Ibrasa, 1966
- LIGASSARAY, Proper Olivier. História da Comuna de 1871. São Paulo. Ensaio. 1991.
- MARX, Karl. A Guerra Civil na França. São Paulo. Editora Global, 1988.
- MAYER, Arno J. A Força da Tradição. São Paulo. Cia das Letras, 1990.
- RUDE, George. O Grande Medo. In: VOVELLE, Michel. França Revolucionária: 1789/1799. São Paulo: Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SCHAMA, Simon. Cidadãos. São Paulo. Cia das Letras, 1990.

SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

VOVELLE, Michel. Combates pela Revolução Francesa. Bauru: EDUSC, 2004.